

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2011 (do Sr. Vanderlei Macris)

Requer seja convidada a Senhora Serys Slhessarenko, para participar de Audiência Pública nesta Comissão sobre a tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, e sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação.

Senhor Presidente,

Requeiro que V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o plenário, seja convidada a Senhora Serys Slhessarenko, para participar de Audiência Pública nesta Comissão sobre a tentativa de compra de falso dossiê, em 2006, contendo documentos e informações para uso político, e sobre a origem dos quase R\$ 2 milhões destinados a tal transação.

JUSTIFICAÇÃO

Operação realizada pela Polícia Federal no ano de 2006, em Cuiabá e São Paulo, apreendeu vultosa quantia em espécie e ensejou a prisão de envolvidos em transação obscura, voltada à venda de dossiê contendo documentos e informações para uso político.

Em 15 de setembro de 2006, a Polícia Federal surpreendeu, em São Paulo, Valdebran Carlos Padilha da Silva de posse de R\$ 758.000,00 e US\$ 109.800,00, bem como Gedimar Pereira de Passos, portando US\$ 139.000,00 e R\$ 410.000,00. Este último é Agente da Polícia Federal Aposentado e se encontrava a serviço do Comitê de Campanha Presidencial do Partido dos Trabalhadores.

De acordo com que o se depreendeu das investigações, os valores seriam utilizados para compra de documentos a serem utilizados em desfavor de políticos do PSDB e os indiciados foram investigados pela prática do crimes previstos no art. 305, de Código Penal, e art. 1º, inciso V e VII, da Lei 9.613/1998.

No inquérito, foram ouvidos, dentre outros, o Sr. Expedito Afonso Veloso, ex-diretor de gestão de riscos do Banco do Brasil e secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Segundo consta do Relatório da Polícia Federal, Veloso teria sido convidado, em vista de seus conhecimentos bancários, a analisar os documentos que seriam adquiridos para prejudicar políticos do PSDB.

O próprio Sr. Expedito Afonso Veloso afirmou “que foi direcionado pelo Partido dos Trabalhadores para trabalhar em setor denominado “Grupo de Trabalho Informação” (GTINFORMAÇÃO) da campanha nacional para presidente.” A referida campanha foi a que conduziu a presidência o Luiz Inácio Lula da Silva.

O Relatório da Polícia Federal não apontou de forma conclusiva a origem do dinheiro, nem os mandantes intelectuais do crime. Os dois aspectos permaneciam envoltos em mistérios até recentemente.

Nas últimas semanas, a Revista Veja publicou matéria intitulada “A Confissão do Alopado”, na qual noticiava declaração do Sr. Expedito Afonso Veloso afirmando que o Ministro Aloizio seria o mentor e beneficiário da compra do referido dossiê e que os valores apreendidos teriam sido reunidos pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Segundo a reportagem, a divulgação das informações falsas forjadas nos documentos poderia interferir no resultado do pleito eleitoral, em favor do candidato Aloizio Mercadante. Consta da matéria da revista Veja de 16/06/2011:

A confissão do alopado

Petista revela quem foram os mentores e os arrecadadores do dinheiro que financiaria uma das maiores fraudes eleitorais da história brasileira.

Não tão famoso quanto o mensalão, mas igualmente assustador em sua concepção e execução, o escândalo do Dossiê dos Alopados paira no ar como um mistério desde 2006, quando, às vésperas do primeiro turno das eleições, a Polícia Federal prendeu em um hotel de São Paulo petistas carregando uma mala com 1,7 milhão de reais. O dinheiro seria usado para a compra de documentos falsos que ligariam o tucano José Serra, candidato ao governo paulista, a um esquema de fraudes no Ministério da Saúde. Nas investigações sobre o caso, a PF colheu 51 depoimentos, realizou 28 diligências, ordenou cinco prisões temporárias, quebrou os sigilos bancário e telefônico dos envolvidos, mas não chegou a lugar algum. As mais de 2000 páginas do processo tinham como destino certo os arquivos da Justiça Federal. Esta reportagem de VEJA desvenda o mistério cinco anos depois. Ela é baseada no depoimento de um dos acusados do crime, o bancário Expedito Veloso. O petista decidiu quebrar o pacto de silêncio firmado entre os planejadores e os executores do malfadado plano, um atentado grotesco e ousado à normalidade democrática, e ilumina, entre outros detalhes inéditos, as duas zonas de sombra mais escuras que pairavam sobre o caso: a origem do dinheiro e o mandante da operação.

Ex-diretor de gestão de riscos do Banco do Brasil e atual secretário adjunto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Expedito integrou o núcleo central da campanha à reeleição de Lula em 2006 e, segundo o pouco que as investigações conseguiram avançar, foi um dos encarregados de intermediar a montagem do dossiê, com uma dupla de empresários corruptos de Mato Grosso. À polícia, o bancário admitiu sua participação no caso, mas alegou que desconhecia os detalhes da operação. Em conversas com colegas de partido, garantiu que o verdadeiro mentor, o principal beneficiário e

um dos arrecadadores de dinheiro para montar toda a farsa foi o ex-senador e atual ministro da Ciência e Tecnologia Aloizio Mercadante. "O plano foi tocado pelo núcleo de inteligência do PT, mas com o conhecimento e a autorização do senador", disse Expedito Veloso. Ele, inclusive, era o encarregado de arrecadar parte do dinheiro em São Paulo. As confissões do bancário foram gravadas e, na semana passada, Expedito foi confrontado com o conteúdo das conversas. Surpreso, tentou minimizar o fato: "Era um desabafo dirigido a colegas do partido", disse, sem, contudo, negar o conteúdo dos diálogos (veja a entrevista na pág. 69).

Não é a primeira vez que o nome do ministro surge na lista dos alopados. A Polícia Federal chegou a indiciá-lo por considerar que ele era o único beneficiado pelo escândalo. Frágil, a acusação acabou anulada por falta de provas. Mercadante disputava, então, a eleição para o governo de São Paulo. Nas conversas gravadas, Expedito Veloso conta que o ministro e o PT apostavam que a estratégia de envolver o adversário José Serra no escândalo de desvio de verbas públicas lhe garantiria os votos necessários para, quem sabe, ganhar o pleito. "A avaliação era que o dossiê poderia levar a disputa ao segundo turno", disse o bancário. De Brasília, o núcleo de inteligência do partido deu o sinal verde para a execução do plano. Por intermédio de Valdebran Padilha, tesoureiro informal do PT em Mato Grosso, o comitê paulista negociou diretamente com os empresários matogrossenses Darci e Luiz Antônio Vedoin, que cobraram 1,7 milhão de reais para falsificar documentos e conceder uma entrevista na qual acusariam José Serra de envolvimento com as fraudes no Ministério da Saúde.

Para tentarem atingir a imagem do candidato e, ao mesmo tempo, fazer tudo sem deixar rastros, os petistas montaram um esquema complexo, dividido em três células, cada qual cuidando de uma etapa do processo. Havia um grupo encarregado exclusivamente de avaliar os danos que os documentos causariam à candidatura tucana. Faziam parte desse grupo o presidente do PT à época, Ricardo Berzoini, o próprio Veloso e Jorge Lorenzetti, churrasqueira e amigo do então presidente Lula. O segundo grupo tinha como função fazer chegar as informações à imprensa domesticada. Dele participavam Oswaldo Bargas, amigo de Lula desde os tempos de militância no ABC paulista, e Hamilton Lacerda, coordenador de campanha de Mercadante. Por fim, o terceiro destacamento tinha a atribuição mais delicada: arrecadar o 1,7 milhão de reais pedido pela quadrilha para montar a farsa. Em suas confissões, o bancário revela que foi justamente uma falha desse terceiro grupo que levou ao fracasso da operação. Segundo ele, os petistas ficaram quatro dias em São Paulo aguardando o dinheiro, que demorou a chegar. E, quando apareceu, a polícia estava no rastro.

As conversas de Expedito Veloso trazem outra revelação inédita. Além do caixa dois da campanha petista, a compra do dossiê foi financiada pelo então candidato do PMDB ao governo paulista, Orestes Quércia. "Faltavam 6 pontos para haver segundo turno na eleição de São Paulo", disse o bancário. "Os dois (Mercadante e Quércia) fizeram essa parceria, inclusive financeira. (...) As fontes (do dinheiro) são mais de uma. (...) Parte vinha do PT de São Paulo. A mais significativa que eu sei era do Quércia." O ex-governador Orestes Quércia morreu no fim do ano passado, não pode se defender das acusações, mas são claras as evidências de que ele estava ligado ao grupo de alguma forma. No dia da prisão dos alopados, o programa eleitoral do peemedebista exibiu as acusações contra Serra, mesmo após a constatação de que tudo não passava de

uma farsa dos adversários petistas. Descobre-se agora que se tratava de um pacto. "Em caso de vitória do PT, ele (Quércia) ficaria com um naco do governo Mercadante", contou Expedito. A empreitada ruiu quando agentes da PF prenderam o policial Gedimar Passos, segurança do comitê de campanha de Lula, e Valdebran Padilha, o petista que servia como interlocutor junto aos empresários corruptos, em um hotel próximo ao Aeroporto de Congonhas. O que deu errado? **"O Mercadante disse que estava tudo pronto em São Paulo. Que o dinheiro estava pronto em São Paulo. Que o Valdebran podia ir porque já estava tudo juntado (o dinheiro), e não estava. (...) O Valdebran alugou um avião para ficar apenas duas horas no aeroporto e foi preso quatro dias depois no hotel"**, contou o bancário. Procurado, o ministro Mercadante não quis comentar o episódio.

A partir das inconfiáveis de Expedito Veloso, descobre-se que a sordida investida contra os tucanos em São Paulo não foi a primeira e que os alvos nem sempre são necessariamente de partidos adversários. A bruxaria não poupou os próprios petistas. Expedito revelou que, antes da prisão dos alopados, ocorreu outro episódio, envolvendo os mesmos personagens, usando os mesmos métodos, só que dessa vez agindo em Mato Grosso. Os alvos: os então senadores Serys Slhessarenko, do PT, e Antero Paes de Barros, do PSDB. Eles disputavam o governo do estado com Blairo Maggi (PR), que concorria à reeleição, quando surgiu um dossiê envolvendo a petista e o tucano com a máfia dos sanguessugas. Suas candidaturas foram fulminadas pelas denúncias. Foi mais uma armação dos alopados, segundo as revelações gravadas de Expedito Veloso, que contou a história à própria senadora tempos depois. O mentor dessa vez foi o ex-deputado petista Carlos Abicalil, atual secretário do Ministério da Educação. O financiador e beneficiário: o governador Blairo Maggi. Até o custo era parecido com sua congênere paulista. Disse Expedito Veloso: "O Abicalil já tinha negociado com Blairo Maggi para f. a Serys e o Antero Barros. Pagaram 2 milhões aos Vedoin para incluir os dois indevidamente na lista dos sanguessugas. (...) Saiu uma reportagem antes da eleição que arreventou os dois". Serys confirma que Expedito a procurou no ano passado e fez uma confidência: "Ele disse que meu envolvimento com aqueles bandidos foi tudo uma armação criminosa contra mim, patrocinada pelos colegas do partido". O ex-senador Antero também soube da fraude. "Liguei para o Serra e avisei que estavam fazendo a mesma patifaria contra ele."

Por meio de sua assessoria, o hoje senador Blairo Maggi negou qualquer envolvimento no caso: "Essa prática de divulgar dossiês nunca pertenceu ao meu estilo de trabalho". O petista Abicalil foi ainda mais incisivo: "Nem sei que dossiê é esse. Nunca elaborei dossiê e nunca participei desse tipo de trama, nem hoje e nem no passado". O sucesso da operação em Mato Grosso, porém, animou os alopados. "O pessoal pensou assim: "Agora é só sair outra igual que arreventa com o Serra também""", revela Expedito Veloso. Ao impedir a transação, a PF apreendeu 1,7 milhão de reais, em notas de real e de dólar. A origem do dinheiro nunca foi descoberta pelas autoridades, o que impossibilitou a punição dos envolvidos no caso - a maioria membros do grupo de inteligência e da Executiva do PT. Eles construíram uma narrativa inverossímil como se ninguém soubesse a cena que estava fazendo, chegando a ponto de insinuar até que o dinheiro apreendido com o grupo teria sido "plantado" pela polícia. Agora surgem elementos mais do que concretos para esclarecer de uma vez por todas a verdade sobre caso - e, o que é melhor, informações relevantes narradas diretamente por quem participou do crime.

"Cumprir uma missão política"

Procurado por VEJA na semana passada, **Expedito Veloso confirmou o teor dos diálogos obtidos pela revista. Disse que as conversas eram um "desabafo" feito para colegas do partido e que não deveriam ter sido divulgadas.** Afirmou que sua participação no escândalo foi lateral e, ainda assim em cumprimento a uma **missão de campanha do PT, o senhor apontou o ministro Aloizio Mercadante como mentor e beneficiário da operação. Foi uma conversa interna, uma conversa partidária.**

Isso vai me complicar. Acabei de sair do banco. Paguei muito caro por isso. Não tenho interesse em que esse assunto venha à tona.

O senhor confirma o teor da conversa?

Era uma conversa fechada, uma conversa privada. Conversei isso apenas com alguns poucos companheiros petistas, mas nunca imaginei que ela pudesse sair do círculo do partido.

A ex-senadora Serys Slhessarenko confirmou ter ouvido do senhor parte dessa história.

Realmente contei a ela detalhes do caso. Só não esperava que essas conversas tivessem sido gravadas.

Qual foi sua participação na montagem do dossiê?

Absolutamente lateral. Analisei uns documentos. Só isso. Cumprir uma missão política da campanha.

O senhor disse que o Quércio e o PT de São Paulo arrecadaram o dinheiro.

Não participei desse assunto de dinheiro. Isso tem de ficar claro.

O senhor confirma tudo o que disse nas conversas gravadas?

Eu estava querendo mostrar às pessoas que eu não era um "aloprado". Não me lembro dos detalhes, mas tudo o que você relata que ouviu eu realmente disse. Era um desabafo dirigido a colegas do partido.

Além das pessoas que o senhor relaciona na gravação, quem mais soube ou participou da montagem do dossiê?

Você ouviu a conversa. Não tenho nenhum interesse em discutir isso. Você já conhece a história. Publique o que quiser.

Após a publicação das reportagens, novas denúncias surgiram, envolvendo também o nome da Ministra Ideli Salvatti. Segundo consta, a referida Ministra teria participado da negociação relativa aos documentos referidos, juntamente com o ex-deputado Carlos Abicalil, chefe do partido

em Mato Grosso e atual secretário do Ministério da Educação. Segue a reportagem publicada na Revista Veja de 25/06/2011:

Ministério de aloprados

As novas revelações sobre o escândalo contaminam o governo Dilma Rousseff. Agora são dois os envolvidos que ocupam cargos no primeiro escalão

Hugo Marques e Gustavo Ribeiro

Na semana passada, o Ministério Público Federal decidiu reabrir as investigações sobre o caso do Dossiê dos Aloprados depois da revelação de que o atual ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, participou ativamente da trapaça eleitoral que, em 2006, tentou envolver o tucano José Serra, então candidato ao governo paulista, num esquema de fraudes no Ministério da Saúde. A novidade, publicada na edição passada de VEJA, movimentou o Congresso e provocou calafrios em dirigentes do PT. A oposição pediu a instalação de uma CPI. Os procuradores encarregados do caso pretendem ouvir o petista Expedito Veloso, um dos envolvidos no escândalo, que confirmou que Mercadante não só avalizou a operação como ajudou na arrecadação do dinheiro sujo que financiou a fraude. O PT, como era de esperar, preferiu unir forças para impedir qualquer investigação – e por uma razão compreensível: além de Mercadante, existem figurões do partido envolvidos no caso que ainda permanecem no anonimato. E gente de primeira linha, como a ministra Ideli Salvatti, de Relações Institucionais.

Cinco anos atrás, a ministra era líder do PT no Senado. Seu comportamento servil e sua disposição para cumprir qualquer tipo de missão partidária, inclusive as não republicanas, credenciaram-na como uma espécie de embaixadora do governo na Casa. Era uma interlocutora privilegiada, cuja fidelidade sempre agradou a Lula e que foi recompensada, na gestão Dilma Rousseff, com a recente nomeação para um dos gabinetes mais influentes do Palácio do Planalto. Hoje, Ideli é a responsável por comandar as negociações com os parlamentares, até mesmo da oposição. Ela cumpre uma agenda que dá prestígio, mas que requer o mínimo de arestas. E é aí que reside o problema de Ideli – justamente devido à devoção com a qual realizou as tais tarefas partidárias, sobretudo as não republicanas. Em 4 de setembro de 2006, onze dias antes da prisão dos aloprados que se envolveram na compra do dossiê urdido para prejudicar o tucano José Serra, Ideli participou de uma reunião, no gabinete de Mercadante, com Expedito Veloso, Osvaldo Bargas e Jorge Lorenzetti. Na época, os três aloprados já alinhavavam os detalhes finais da fraude, que terminaria como um dos maiores fiascos da história.

Logo depois do encontro, do gabinete da senadora foi iniciada a preparação do que deveria ser a etapa derradeira do plano – a publicação do falso dossiê. As negociações do PT com os empresários que atuavam na farsa já estavam acertadas. Os criminosos queriam 20 milhões de reais pelo serviço, mas acabaram aceitando o valor de 1,7 milhão de reais oferecido pelo partido, dinheiro que Mercadante se comprometeu a conseguir com a ajuda do ex-governador Orestes Quércia, segundo as revelações de um dos participantes da reunião, o bancário Expedito Veloso. Na reunião, os cinco – Mercadante, Ideli, Expedito, Lorenzetti e Bargas – manusearam uma lista com números de cheques e fotos de um empresário já falecido, que, na montagem da história, seria apresentado como elo da quadrilha com os tucanos. Uma cópia do material foi deixada com a senadora. E ela deu início ao que deveria ser a apoteose do trabalho: procurou jornalistas interessados em divulgar o conteúdo, exibiu os papéis e disse que aquilo era apenas uma pequena amostra da munição que o PT tinha para fulminar os tucanos. Ela conhecia todos os detalhes do dossiê e deixou sua assessoria à disposição para ajudar no trabalho de divulgação. A senadora, aliás, não escondia os motivos de seu empenho: as revelações, segundo ela, atingiriam Serra e beneficiariam o PT na eleição em São Paulo, mas também repercutiriam na disputa presidencial em favor da reeleição do presidente Lula.

Na semana passada, indagada sobre o encontro, a ministra teve um surto de amnésia. "Sempre participei de reuniões com o ex-senador Aloizio Mercadante. Afinal, ele era líder do governo e eu era líder da bancada do PT, o partido do governo", disse Ideli. Mas é sobre a presença dos aloprados em seu gabinete? "Não fiz nenhuma reunião com Expedito Veloso ou Osvaldo Bargas", acrescentou a ministra. Estranho. O próprio Aloizio Mercadante confirmou a reunião. Em depoimento à Polícia Federal, que o senador prestou em 2006 na condição de simples testemunha, disse que o encontro aconteceu em seu gabinete no Senado, do qual participaram Bargas, Expedito e Ideli, e que, por coincidência, o assunto discutido foi a suposta fraude no Ministério da Saúde na gestão de José Serra. Mas ninguém, garantiu o então senador, jamais falou nada a respeito de montagem de dossiês. Era apenas uma reunião normal de avaliação política. Apenas isso.

A ministra Ideli Salvatti é mais uma figura importante do partido a ingressar no rol dos aloprados – taxinomia que o presidente Lula usou para demonstrar sua surpresa com a ação dos colegas do PT que se envolveram na trama. Em outra coincidência daquelas que parecem perseguir os petistas, na semana passada, o ex-deputado Carlos Abicalil chefe do partido em Mato Grosso e atual secretário do Ministério da Educação, foi convidado a trocar de cargo, numa espécie de promoção. Destino: ser justamente o número dois no ministério de Ideli Salvatti. As revelações feitas por Expedito Veloso mostram que Abicalil e Ideli tem

afinidades que vão muito além da filiação partidária. Ele foi autor da ideia de envolver Serra com empresários golpistas de seu estado. Ela atuou na articulação e divulgação da farsa. O ex-deputado e provável "vice-ministro" também esteve na linha de frente de outra armação: o complô que detonou a campanha de uma colega de partido, a ex-senadora Serys Slhessarenko, e do tucano Antero Paes de Barros, numa fraude anterior e similar ao que se pretendia fazer em São Paulo. Expedito Veloso revelou que o hoje senador Blairo Maggi (PR-MT) pagou 2 milhões de reais para viabilizar a farsa mato-grossense. "É bom lembrar que o Abicalil e a Ideli sempre estiveram ao lado de corruptos, como os acusados do mensalão", disse Antero Paes de Barros, que vai ingressar com uma representação no Conselho de Ética contra Blairo Maggi.

Expedito Veloso já revelou que tem gravações que podem comprovar a exata participação de cada um dos alopados. Na semana passada, o bancário foi procurado para falar do assunto e enviou um recado enigmático: "Procurem o PT". "Agora, fica claro que a reunião da Ideli com o Mercadante era para definir as missões de cada um dos alopados", disse o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), que pediu ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que reabra a investigação sobre a participação dos ministros petistas no escândalo. Na quarta-feira passada, Mercadante se reuniu com a presidente Dilma Rousseff. Ficou acertado que, na terça-feira, ele dará explicações no Senado. Dilma quer evitar a repetição do erro estratégico que contribuiu para a demissão de Antonio Palocci da Casa Civil. Acusado de enriquecimento ilícito, Palocci demorou para se manifestar publicamente sobre as denúncias. Ao fazê-lo, não deu explicações convincentes. O governo não se pronunciou sobre a presença de um alopado no comando de um ministério. Agora, com as revelações sobre Ideli, são dois.

A ex-senadora pelo PT do Mato Grosso Serys Slhessarenko teria mantido conversas com o Sr. Expedito Veloso, em que este havia confessado a participação na tentativa de compra do dossiê e indicado os mandantes.

A se confirmarem as denúncias divulgadas, tem-se agora as duas informações que faltavam – a origem do dinheiro e os mentores do crime – para a elucidação dos fatos e a punição dos culpados.

Portanto, a realização da Audiência Pública que ora requeremos é de fundamental importância para o esclarecimento dos fatos, bem como para que se possa definir as providências a adotar no caso em tela.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 2011.

Dep. Vanderlei Macris
PSDB/SP